

PROCURADORIA EM PAUTA

INFORMATIVO BIMESTRAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - Nº 4 - Janeiro/Fevereiro 2012



V ECDE reúne procuradores e juristas de todo Brasil

Larissa Linhalis



A quinta edição do Encontro Capixaba de Direito do Estado foi realizada no auditório do Tribunal de Contas do Espírito Santo. A abertura contou com a presença de autoridades como o secretário da Casa Civil, Luiz Ciciliotti (representando o governador Renato Casagrande); o então presidente do TC-ES, Sergio Aboudib; o presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, Rodrigo Chamoun e o procurador geral do Estado, Rodrigo Júdice.

[p.3]

Estado realiza pagamento de precatórios

Em apenas dois dias de reuniões para negociar suas dívidas, o Governo do Espírito Santo reduziu o número de credores em quase 30%. Dos 1469 existentes, 590 fizeram acordo.

[p.2]

PGE tem nova setorial para petróleo e recursos naturais

A PPetro terá como objetivo principal uniformizar as análises jurídicas que serão feitas nas defesas pelos royalties do Petróleo capixaba, dando atenção exclusiva ao tema.

[p.5]

Thiago Guimarães/Secom-ES



Evento discute ICMS e legislação aduaneira

Governo marcou presença no evento, cuja abertura foi realizada pelo governador Renato Casagrande. Também estiveram presentes o secretário estadual de Fazenda, Maurício Cezar Duque; o procurador geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice e o procurador Rodrigo Francisco de Paula, que mediou um dos debates.

[p.4]

Consultoria preventiva

Uma preocupação constante da Procuradoria Geral do Estado, particularmente de sua Consultoria Administrativa, tem sido desenvolver formas de atuar preventivamente no controle da legalidade, propiciando maior agilidade no trâmite dos procedimentos administrativos e evitando nulidades.

Basicamente, são duas as vias para se alcançar esse desiderato, antagônicas mas necessariamente complementares: I) a padronização de instrumentos e uniformização de entendimentos jurídicos; II) a assessoria direta no enfrentamento das dificuldades concretas.

De fato, buscamos padronizar instrumentos jurídicos com a disponibilização em nosso site de minutas de editais de licitação, contratos, convênios, etc. Esses instrumentos já são utilizados há bastante tempo pela administração estadual, sendo imprescindível para seu melhor aproveitamento que, por um lado, todos os agentes públicos envolvidos tenham capacidade técnica de praticar os atos processuais de sua competência com confiança e eficiência e, por outro, a PGE atenda com prontidão as novas demandas por padronização que a prática do dia a dia nos apresenta, além de assegurar seu aperfeiçoamento e atualização constantes. Também se revelou de grande valia a edição de Enunciados Administrativos pelo Conselho da PGE, que podem veicular tanto os requisitos a serem observados para a realização de determinados atos administrativos, quanto o deslinde de questões jurídicas controversas.

Mas nenhuma padronização pode evitar que ocorram as infundáveis dificuldades particulares que nos surpreende a todo tempo, reve-

lando também aqui toda a importância da Consultoria. Como todo operador do direito sempre soube, e talvez na prática administrativa isto seja mais flagrante, a grande problemática do direito reside na aplicação no caso concreto das regras gerais.

Às vezes, tratando-se de questões de menor complexidade, é possível extirpar dúvidas apenas com nossa orientação oral, gerando mais um ganho na celeridade. No entanto, mesmo na grande parte dos casos, em que se exige análise jurídica ponderada da consulta – seja por se estar em face de diversas alternativas possíveis, seja por não se vislumbrar *prima facie* nenhuma –, o prévio contato direto entre os consultentes e a Procuradoria permite a mais precisa compreensão do problema posto, contribuindo para que a orientação jurídica final indique ao gestor público a solução que dentro dos parâmetros da legalidade melhor atenda ao interesse público no caso concreto.

Por tudo isso, sempre que possível, temos estado à disposição para receber os servidores estaduais, certos de que o incremento dessa aproximação gerará bons frutos para a eficiência da administração pública.



Leandro Mello Ferreira
Procurador Chefe
Procuradoria de Consultoria
Administrativa

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Governo do Espírito Santo

Rodrigo Marques de Abreu Júdice
Procurador-geral do Estado

Lívio Oliveira Ramalho
Subprocurador-geral
para Assuntos Jurídicos

Juliana Paiva Faria Faleiro
Subprocuradora-geral
para Assuntos Administrativos

Jorge Gabriel Rodnitzky
Corregedor-geral

Anderson Sant'Ana Pedra
Procurador-chefe do Centro de Estudos
e Informações Jurídicas (CEI)

Cláudio Penedo Madureira
Procurador-chefe da Procuradoria de
Petróleo, Mineração e outros Recursos
Naturais (PPetro)

Luciana Merçon Vieira
Procuradora-chefe da Procuradoria
do Patrimônio Imobiliário (PPI)

Joemar Bruno Francisco Zagoto
Procurador-chefe
da Procuradoria Trabalhista (PTR)

Érflen José Ribeiro Santos
Procurador-chefe da Procuradoria
do Estado na Capital Federal (PCF)

Marcelo Amaral Chequer
Procurador-chefe da Procuradoria de
Serviços Jurídicos, Setoriais, Autárquicos
e Fundacionais (PSJ)

Antônio Júlio Castiglione Neto
Procurador-chefe da Procuradoria de
Cadastramento e Informatização (PCI)

Leandro Mello Ferreira
Procurador-chefe da Procuradoria
de Consultoria Administrativa (PCA)

Eva Pires Dutra
Procuradora-chefe da Procuradoria
do Contencioso Judicial (PCJ)

José Alexandre Rezende Bellote
Procurador-chefe
da Subprocuradoria Fiscal (SPFI)

Francisco Augusto Teixeira de Carvalho
Procurador-chefe
da Subprocuradoria Tributária (SPT)

Jornalista Responsável: **Renato H. S. Moreira**
MTB 338/86

Projeto Gráfico: **Contemporânea**

Editoração: **Bios**

Impressão: **Gráfica JEP**

Tiragem: **1.500 exemplares**

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (PGE-ES)

Av. Nossa Senhora da Penha, 1590,
8º ao 13º andar, Barro Vermelho
Vitória (ES), CEP 29057-550
www.pge.es.gov.br
comunicacao@pge.es.gov.br
(27) 3636-5059

Encontro debate Direito Público

A Procuradoria Geral do Estado (PGE), juntamente com o Centro de Estudos Jurídicos (Cejur) da Procuradoria Geral do Município de Vitória, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TC-ES) e a Escola da Advocacia Geral da União (AGU), realizaram, nos dias 24 e 25 de novembro de 2011, no auditório do Tribunal de Contas, o V Encontro Capixaba de Direito do Estado.

O evento teve a participação de palestrantes locais e de outros Estados, tais como Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Entre os temas abordados nas palestras estiveram os novos rumos do federalismo brasileiro, eficiência e sustentabilidade sócio-ambiental na administração pública, parcerias público-privadas, administração pública, licitações e contratos administrativos e a privatização do poder de polícia.

“Nosso objetivo é, sempre, fazer do Encontro um fórum nacional de debates qualificados sobre Direito Público, com a participação das procuradorias das três esferas da federação (União, Estados e Municípios)”, explicou Cláudio Penedo Madureira, à época procurador chefe do Centro de Estudos e Informações Jurídicas da PGE.

A novidade destacada por Madureira foi que, a partir desta edição, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TC-ES) alinhou-se aos organizadores do Encontro para a realização do evento. Segundo o procurador, a participação do TC-ES incentivou as procuradorias do interior a participar para o Encontro, já que foram debatidos temas que os procuradores encontram em seu cotidiano.

Opinião semelhante tem o procurador do município de Vitória, Jader

Renato H.S. Moreira



Cerca de 300 pessoas participaram do evento

Ferreira Guimarães. “O Encontro é fruto de uma parceria já consolidada entre as Procuradorias Gerais do Município, do Estado e da União. Nele, discutimos temas do Direito Público que versam sobre o dia a dia dessas procuradorias. Com isso, alcançamos nosso objetivo maior, que foi promover a troca de experiências e a capacitação dos nossos profissionais e de todos os demais interessados”, explicou.

Revista

Durante o evento, foi lançado o 11º volume da Revista da Procuradoria Geral do Estado, com artigos de procuradores, professores e juristas atuantes no Estado. A revista é uma publicação científica coordenada pelo Centro de Estudos e Informações Jurídicas da PGE. Em 386 páginas, a edição traz artigos e pareceres sobre aspectos jurídicos que afetam diretamente o Estado do Espírito Santo.

O 11º volume da Revista da PGE traz 12 artigos e três pareceres. Entre os temas

tratados estão: os desafios na aplicação da lei de improbidade, o poder fiscalizatório do Ministério Público, a qualificação da jurisprudência como fonte de direito, os excessos na constitucionalização dos direitos, o princípio administrativo da impessoalidade, questões relativas a licitações e contratos, entre outros.

A publicação conta ainda com um parecer do procurador chefe da Procuradoria de Petróleo, Mineração e outros Recursos Naturais (PPetro), Cláudio Penedo Madureira, que apresenta uma análise sobre a proposta recentemente aprovada pelo Senado Federal para a distribuição de royalties e participações especiais decorrentes da exploração de petróleo a estados e municípios.

Juristas

Os artigos e pareceres que compõem o 11º volume da Revista da PGE são de autoria de renomados juristas e profissionais do Direito. Destaca-se na publicação a participação de dois membros do Ministério Público Federal: os procuradores da República André Pimentel Filho e Paulo Roberto Bérringer Alves Carneiro.

A revista conta ainda com a participação dos procuradores do Estado do Espírito Santo. São 11 trabalhos, entre artigos e pareceres. O procurador do Estado Carlos Dorsch, atualmente aposentado, também escreve nesta edição.

Representando a academia, estão os trabalhos de José Arildo Valadão, Mestre em Direito Processual Civil pela Ufes, e de Júlio César Covre, Mestrando em Direito Tributário pela PUC/SP.

Renato H. S. Moreira



“O Espírito Santo é o único Estado da federação onde ocorre essa integração entre as três esferas de poder para a discussão de questões como as que foram debatidas no Encontro.”

Sérgio Aboudib

Ex-presidente e conselheiro do TC-ES

Governo cria procuradoria específica para petróleo e recursos naturais

O Governo do Espírito Santo instituiu, no âmbito da Procuradoria Geral do Estado (PGE), a Procuradoria de Petróleo, Mineração e outros Recursos Naturais (PPetro). O decreto foi publicado no Diário Oficial dos Poderes do Estado (DIO), no último dia 22/11, e o responsável pelo novo setor, Cláudio Penedo Madureira, já foi nomeado pelo Procurador Geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice.

A criação do novo órgão na PGE tem como objetivo prestar um assessoramento jurídico mais especializado e uniforme ao governador, secretários e demais órgãos estaduais no que diz respeito à exploração de petróleo e gás, recursos minerais e hídricos. “A PPetro vai uniformizar os posicionamentos jurídicos, bem como facilitará o trabalho das outras procuradorias da PGE que, por sua vez, continuarão a exercer suas funções de assessoria sobre o tema”, explicou o procurador Cláudio Penedo Madureira.

Na avaliação do procurador geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice, a nova procuradoria será muito importante para os interesses do Espírito Santo, sobretudo no momento em que o Congresso Nacional tenta alterar a distribui-

ção dos royalties do petróleo, retirando cerca de R\$ 500 milhões da receita anual. “A questão do petróleo tem demandado muito a PGE. Então, chegamos à conclusão de que precisávamos de uma setorial específica para centralizar esse assunto e, pelo menos nesse momento, dedicar-se exclusivamente ao tema. Com essa medida, certamente vamos produzir embasamentos jurídicos mais consistentes na defesa dos interesses do Espírito Santo”, justificou Rodrigo.

Os trabalhos da nova procuradoria já vinham sendo desenvolvidos pelo Centro de Estudos e Informações Jurídicas da PGE, sob a coordenação do procurador Cláudio Penedo Madureira. Com a nomeação de Cláudio para a PPetro, Anderson Sant’Ana Pedra assume como procurador-chefe do Centro de Estudos e Informações Jurídicas da PGE.

Parecer

O procurador chefe da PPetro, Cláudio Penedo Madureira, elaborou um parecer com argumentos jurídicos a serem utilizados na defesa dos interesses do Estado. “As bancadas estadual e federal capixabas já receberam o parecer. Essa é mais uma ferramenta para que os parlamentares busquem no Congresso Nacional novos aliados em defesa da causa dos estados produtores”, disse Madureira.

Entre os principais argumentos do Espírito Santo estão: a ofensa ao artigo 20, parágrafo 1º da Constituição Federal; a ofensa aos princípios da isonomia e da segurança

Renato H.S. Moreira



Cláudio Penedo Madureira assumiu a chefia da PPetro

jurídica; a quebra do pacto federativo; além do fato do artigo 155, parágrafo 2º, inciso X, alínea “b” da Constituição já impor aos Estados produtores relevante perda financeira por determinar que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sob operações de extração de petróleo destinadas a outros estados não é retido no estado de origem.

O procurador-geral, Rodrigo Júdice, explicou que a sociedade civil também pode ajudar. “Sabemos que o debate é jurídico-político e a população acaba distante dessas negociações, mas o que queremos é dar máxima publicidade a esses argumentos, para que todos possam entender as razões do Espírito Santo e possam defender os interesses, que são de todos os capixabas. A perda dos recursos traria enorme prejuízo para a economia do Estado e, conseqüentemente, para todos os capixabas, então precisamos lutar juntos”, destacou Júdice.

ESTADO
R\$ 500 milhões/ano

MUNICÍPIOS
R\$ 240 milhões/ano

Perdas estimadas caso o projeto de redistribuição dos royalties seja aprovado

Começam reuniões de acordo para pagamento de precatórios

Em apenas duas rodadas de negociação, o Governo do Estado, juntamente com o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (TRT-ES) e o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJ-ES), conseguiu realizar 590 acordos para pagamentos de precatórios a credores que aceitaram negociar o valor de seus títulos com o Estado. As primeiras reuniões foram realizadas nos dias 02 e 09 de dezembro do ano passado, no plenário do TRT-ES.

Ao todo, foram 54 audiências, sendo 41 no dia 02 e 13 no dia 09 de dezembro. Cada audiência durou cerca de 10 minutos e tratou de precatórios do TRT-ES e do TJ-ES. Segundo o procurador-chefe da Procuradoria de Serviços Jurídicos, Setoriais, Autárquicos e Fundacionais, Marcelo Amaral Chequer, os resultados das audiências superaram as expectativas. "Para essas audiências, foram convidados 1469 credores, dos quais 590 aceitaram o acordo proposto. Isso significa um aproveitamento de 40%", destacou Chequer.

Na avaliação da presidente do TRT-ES, desembargadora Claudia Cardoso de Souza, os acordos são muito bons para todas as partes e otimizam os trabalhos do Judiciário. "Menos litígio e mais conciliação. Essa é melhor forma de solucionar esse problema", defendeu a desembargadora.

Opinião semelhante manifestou o juiz conciliador da Central de Conciliação de Precatórios do TJ-ES, Rodrigo Cardoso Freitas. "O Estado tem feito opções justas para o pagamento dos precatórios, prestigiando os mais necessitados e, também, aqueles que se encontram há muito tempo na fila de espera. E tudo isso, graças ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela Procuradoria Geral do Estado, junto ao Poder Executivo", concluiu.

Para o juiz auxiliar de precatórios do TRT-ES, Luís Eduardo Fontenelle, os acordos além de beneficiarem pessoas cujos processos se arrastam há décadas, também contribuem para resgatar a credibilidade do Judi-



Assessoria de Comunicação/TRT-ES

Claudia Cardoso de Souza, desembargadora e presidente do TRT-ES

ciário. "É importante mostrar à população um retorno de nosso trabalho, reduzindo a espera para o pagamento dos títulos. Além disso, temos um fator pedagógico que é o de mostrar esse caminho dos acordos aos municípios para que façam o mesmo em relação aos seus precatórios".

Segundo o procurador geral do Estado, Rodrigo Júdice, os resultados econômicos são outro ponto de destaque. "Só com a efetivação desses acordos iniciais, conseguimos economizar R\$ 20,2 milhões em relação ao valor total da dívida. Com isso, o Estado terá condições de pagar mais credores em um período mais curto de tempo".

As próximas audiências de conciliação ainda não foram marcadas, mas estão previstas para serem realizadas ainda no primeiro trimestre de 2012.

Nova modalidade

A nova legislação estadual (lei 9.705/2011) permitiu que o Estado passe a utilizar 50% dos recursos destinados ao pagamento de precatórios da Administração Direta e Indireta na quitação desses títulos por meio de acordos diretos com os credores. Os 50% restantes são utilizados para pagamento dos precatórios seguindo a ordem cronológica, conforme estabelecido pela Constituição Federal.

De acordo com a Lei 9.705/2011, os acordos diretos com os credores de precatórios serão realizados perante Juízos Conciliatórios dos Tribunais, em audiência pública de conciliação com a presença dos credores e respectivos advogados, do representante do Ministério Público e da Procuradoria Geral do Estado.

Pagamento

O Estado vincula 2% de sua receita corrente líquida anual ao pagamento de precatórios. Em 2012, esse valor chegará à casa dos R\$ 192 milhões, enquanto em 2011 foram gastos R\$ 175 milhões. No último dia útil de cada mês, o Governo do Espírito Santo efetua um depósito em duas contas especiais. As contas são geridas pelo presidente do TJ-ES, com o auxílio de um Comitê Gestor, integrado por um magistrado titular e um suplente, ambos indicados pelos respectivos presidentes de cada um dos Tribunais com jurisdição sobre o Estado do Espírito Santo (TJ, TRT e TRF), e que tenham precatórios a serem pagos com os recursos depositados.

Com as medidas que vêm sendo implementadas pelo Governo, a previsão é de que a dívida com os precatórios esteja quitada em aproximadamente sete anos.

1.469 Número total de credores

590 Total de acordos feitos

R\$ 46.229.966,68 Total dos valores integrais dos processos

R\$ 25.960.818,64 Total dos valores definidos após acordos

R\$ 20.269.148,04 Economia após acordos



No período da tarde, o primeiro debate realizado foi sobre Direito Aduaneiro, coordenado pelo procurador do Estado e diretor regional da ABEAD, Rodrigo Francisco de Paula

ICMS e legislação aduaneira em debate

O Sindicato do Comércio de Importação e Exportação do Espírito Santo (Sindiex), juntamente com a Associação Brasileira de Estudos Aduaneiros (ABEAD), promoveu, no dia 7 de dezembro último, o I Simpósio Estadual de Comércio Exterior. O evento, realizado no Hotel Ilha do Boi, teve como tema principal a “importação e (in)segurança jurídica na aplicação da legislação aduaneira e tributária”.

A programação reuniu palestrantes locais e nacionais, divididos em dois painéis: o primeiro, na parte da manhã, falou sobre ICMS – importação; guerra fiscal e reforma tributária; o segundo, à tarde, sobre Direito aduaneiro: o dever de fiscalização dos agentes públicos e os direitos dos contribuintes.

Entre as autoridades presentes na solenidade de abertura, estiveram o

governador Renato Casagrande, o secretário estadual de Fazenda, Maurício César Duque, e o procurador geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice.

O assunto mais discutido em todas as palestras no período da manhã foi o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 72/2010, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior. Se aprovado no Congresso, o projeto, na prática, acaba com o Fundap, trazendo prejuízos à economia do Estado.

Em sua apresentação, o secretário de Fazenda, Maurício César Duque,

“O I Simpósio Estadual de Comércio Exterior foi muito produtivo, com palestras de alto nível. O Sindiex sempre terá o apoio e a participação da Procuradoria Geral do Estado em eventos que, como esse, venham a contribuir com a defesa dos interesses da população capixaba.”

Lívio de Oliveira Ramalho

Subprocurador Geral para Assuntos Jurídicos

destacou a gravidade do PRS 72/2010 para a economia do Espírito Santo. “O Fundap gera cerca de 120 mil empregos. Isso é muito mais que a simples atividade portuária. Só para o município de Vitória, o Fundap significa 44% de seus investimentos. Na média geral, o mesmo incentivo tem sido responsável por 43% dos investimentos de todos os municípios capixabas”, explicou Duque.

A ameaça maior, para o palestrante Sacha Calmon Navarro Coêlho, está no fato de que com algumas pequenas alterações no projeto, a tendência é de que o Senado vote a favor de sua aprovação. “Do jeito que está, a resolução não passa porque dizima economicamente alguns Estados e porque fere dispositivos constitucionais. Mas, se houver uma ‘maquiagem’ no PRS 72/2010, ele passa”, previu.

“Acabar com o Fundap é impor um retrocesso de mais de 40 anos ao Espírito Santo e provocar um alto índice de desemprego aos capixabas, ultrapassando a casa dos 90 mil. Sem dúvida, atingimos nosso objetivo. Mostramos que os capixabas continuarão unidos e mobilizados para conseguir negociar com o Governo Federal uma proposta que evite tantas perdas para o nosso Estado.”

Severiano Alvarenga Imperial

Presidente do Sindicato do Comércio de Exportação e Importação do Estado do Espírito Santo (Sindiex)



Confraternização



Os servidores da PGE reuniram-se, no último dia 09 de dezembro, no Recreio dos Olhos, em Tabuazeiro, para festejar mais um ano de trabalho encerrado. Ao som da Derengos Banda, a galera se divertiu bastante, revelando talentos e mostrando que tem samba no pé. Também estiveram presentes o procurador geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice, os subprocuradores gerais Lívio Oliveira Ramalho e Juliana Paiva Faria Faleiro e os procuradores Leandro Mello Ferreira, Eva Pires Dutra, Guilherme Roussef Canaã, Camila Lessa Fernandes Pizzol, Arlette Uliana, Joemar Bruno Francisco Zagoto, Maria Thereza Silva Marques, Emerson Luiz Faé, Iuri Carlyle do Amaral Almeida Madruga, Daniel Mazzoni, Liana Mota Passos, Marcio Melhem, Pedro Sobrino Porto Virgolino, Tatiana Claudia Santos Aquino, Rodrigo Rabello Vieira e Santuzza da Costa Pereira.



Posses

O mês de dezembro foi marcado pelas posses do novo presidente do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TC-ES), Carlos Ranna; do conselheiro Domingos Augusto Taufner, para o mesmo órgão; do desembargador Segio Bizzoto, para o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), e do desembargador Pedro Valls Feu Rosa para a presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJ-ES). A solenidade do TJ-ES, no entanto, chamou a atenção pelo número de pessoas que estiveram presentes. Segundo o ex-presidente da entidade, Manoel Rabello, em seu discurso de abertura, nunca o plenário havia estado tão cheio.

Homenagem

O procurador geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice, recebeu, da Casa Militar, a medalha "Mérito da Casa Militar", concedida durante solenidade realizada dia 06/12, no Palácio Anchieta. Na ocasião, também foram agraciadas com a medalha a subprocuradora geral para Assuntos Jurídicos, Juliana Paiva Faria Faleiro, e a procuradora Ana Maria Carvalho Lauff.



TRT-ES comemora 20 anos

O Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo (TRT-ES) encerrou, no último dia 13 de dezembro, em cerimônia realizada no Teatro Carlos Gomes, o ciclo de comemorações de seus 20 anos. Na ocasião, houve apresentações do coral do TRT-ES e da banda da Polícia Militar, lançamento de vídeo institucional com depoimentos de quem participou da trajetória do Tribunal e premiação ao vencedor do concurso para criação do seu logotipo oficial, que receberá um prêmio de R\$ 8.000,00.

Mudança

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) mudou e, desde o dia 2 de janeiro, passou a funcionar na avenida Nossa Senhora da Penha, 1.590, Barro Vermelho, ao lado da Petrobras, em Vitória (CEP 29057-550). A mudança de instalações proporciona espaço mais amplo e com melhores condições de atendimento. Os telefones da PGE permanecem os mesmos: 3636-5050, 3636-5051 e 3636-5056 (fax).

Livros

A biblioteca da PGE recebeu dos procuradores Eva Pires e Dutra, José Luiz Figueiredo e Luciana Merçon, a doação de 66 livros e periódicos da área jurídica. Entre o material doado, estão 40 exemplares do periódico Direito Público. As doações podem ser feitas a qualquer momento, diretamente na biblioteca.

Carlos Ranna assume a presidência do TC-ES

Assessoria de Comunicação/TC-ES



Natural de Coronel Pacheco (MG), Ranna foi piloto da Força Aérea Brasileira (FAB) por mais de 15 anos. Agora, no “comando” do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TC-ES), seu “plano de vôo” inclui dar respostas rápidas à população e fazer do TC-ES um tribunal mais ativo. “Se eu tinha todo o zelo em pilotar um avião com 30 pessoas, hoje, cuidando das finanças públicas, meu zelo é bem maior, pois posso garantir a segurança, não de 30, mas de milhares de contribuintes dos municípios capixabas”. Com essas palavras, o novo presidente do TC-ES iniciou sua entrevista ao Procuradoria Em Pauta, que pode ser conferida a seguir.

Qual sua avaliação sobre o TC-ES atualmente?

Nossa Corte de Contas, como a maioria dos Tribunais de Contas no Brasil, vive um processo de mudança e renovação de seus quadros. Um processo natural, pois os conselheiros mais antigos, aos poucos, vão se aposentando e uma nova geração vai assumindo as funções e novos desafios são postos. Neste contexto, a partir de 2008, tivemos o ingresso de um novo conselheiro por ano no Tribunal de Contas. Cada um trazendo na bagagem sua experiência, sua história de vida, seus princípios e seus valores. O momento, portanto, é propício a mudanças que visam dar mais agilidade e aproximar o órgão de controle da sociedade.

Na sua opinião, o que pode ser melhorado no TC-ES?

Sempre há espaço para melhoria dos procedimentos em qualquer organização, seja ela pública ou privada. Os órgãos públicos de modo geral, e nosso tribunal em particular, necessitam aperfeiçoar sua comunicação com a sociedade. Precisamos traduzir para uma linguagem acessível as decisões e os julgados sobre as contas públicas. Os recursos de TI devem ser mais bem utilizados, precisamos estar mais disponíveis para orientar melhor o gestor público, principalmente o bom gestor.

Precisamos também ter mais agilidade para coibir atos irregulares que possam resultar em prejuízo ou dano aos cofres públicos.

Sua gestão terá alguma característica específica?

Penso um Tribunal de Contas voltado para a população. Um Tribunal que tenha sensibilidade social e busque respostas rápidas e compartilhe soluções. Penso uma Corte de Contas inserida no contexto capixaba, cujos relatórios técnicos agreguem valor à administração pública. Um Tribunal mais proativo.

Que projetos pretende implementar no TC-ES durante sua administração?

Temos um Plano Estratégico aprovado pelo Plenário para 2010-2015. Pretendo dar sequência aos projetos previstos no Plano, convidando todos os colaboradores para um pacto por Resultados. Vamos definir, dentre os projetos, as prioridades para os próximos dois anos, com ênfase na informatização dos procedimentos, com processo eletrônico para julgamento das contas públicas. Fomentar a implantação do controle interno em todos os Municípios capixabas. Treinamento e capacitação permanente para nosso corpo técnico, com a utilização das Normas de Auditoria Governamental – NAG (que são baseadas

em normas internacionais de auditoria e contabilidade).

Podemos esperar alguma mudança na atuação do TC-ES em sua administração?

Acredito que a sociedade espera mais efetividade na execução das políticas públicas. Medir efetividade é medir resultados, é avaliar os programas governamentais sob a ótica da eficiência, eficácia e economicidade. Essa é a principal característica das auditorias operacionais. Pretendo, com o apoio dos demais conselheiros e auditores, realizar mais auditorias operacionais, inclusive nas áreas de engenharia e ambiental.

Que avaliação faz da administração do presidente que lhe antecedeu (Sergio Aboudib)?

O Conselheiro Sérgio Aboudib enfrentou um grande desafio. Foi um período de transição, no qual sua capacidade de agregar e de convergir esforços foi decisiva. Além disso, iniciou um processo de modernização, com aquisição de computadores, notebooks, novos softwares, novas impressoras. Seu desprendimento em não querer a reeleição propiciou um entendimento de nomes de consenso para composição da nova gestão. Ele está de parabéns. É um grande capixaba.